

Reestruturação Produtiva, Novas Qualificações e Empregabilidade¹

Giovanni Alves²

O nosso objetivo é apresentar um pequeno esboço sobre as perspectivas da educação profissional diante da mundialização do capital e do novo complexo de reestruturação produtiva do capital. Qualquer análise dos processos sociais deve ser precedida de uma apreensão *dialética* da natureza da fase histórica de desenvolvimento do capitalismo mundial. É a partir da totalidade concreta do novo momento de desenvolvimento do sistema de controle sócio-metabólico do capital que podemos apreender o significado essencial dos mais diversos processos sociais, principalmente aqueles ligados às novas ideologias da educação profissional, centrada nas novas qualificações e no conceito de empregabilidade.

Tentaremos esboçar uma crítica do conceito de *empregabilidade* enquanto elemento ideológico disseminado pelo espírito do toyotismo. Por um lado, ele traduz a exigência das novas qualificações para o mundo do trabalho, e por outro lado, tende a ocultar (e estamos diante de uma operação ideológica!) que seu substrato estrutural-organizacional, o toyotismo, possui como lógica interna a “produção enxuta” e uma dinâmica social de exclusão que perpassa o mundo do trabalho.

É por pertencer à lógica estrutural da mundialização do capital, que *não* está voltada para o crescimento e políticas de pleno emprego, que o toyotismo e sua ideologia de formação profissional (a empregabilidade) tendem a *frustrar* qualquer promessa integradora do mundo do trabalho, tão comum na era do capitalismo fordista do pós-guerra.

Finalmente, salientaremos que a promessa frustrada de inclusão social vigente no fordismo, está sendo substituída pela promessa restrita de um novo trabalhador

¹ Este texto é parte integrante do meu livro “Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaio de Sociologia do Trabalho” (Editora Práxis, 2007).

² Giovanni Alves é professor da UNESP-Campus de Marília, pesquisador do CNPq, Coordenador da Rede de Estudos do Trabalho (RET) – www.estudosdotrabalho.org. Home-page: www.giovannialves.org.

politécnico e liberado do taylorismo-fordismo, mais imerso numa nova forma de estranhamento e objetivações fetichistas (como o valor-fetice da empregabilidade). É a lógica contraditória do toyotismo e suas implicações objetivas e subjetivas no tocante a qualificação da força de trabalho que dá conteúdo à formação profissional e às políticas educacionais.

O espírito do toyotismo e a nova formação profissional

O toyotismo é um estágio superior de racionalização do trabalho que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo e fordismo. É por isso que alguns autores, como Aglieta e Palloix, o denominam de “neofordismo”. No campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho; desenvolvendo, sob novas condições sócio-históricas (e tecnológicas), as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que diz respeito à racionalidade tecnológica. Poderíamos até afirmar que o toyotismo é o modo de organização do trabalho e da produção capitalista adequado à era das novas máquinas da automação flexível, que constituem uma nova base técnica para o sistema do capital, e da crise estrutural de superprodução, com seus mercados restritos. Entretanto, cabe salientar que o toyotismo é meramente uma inovação organizacional da produção capitalista sob a grande indústria, não representando, portanto, uma nova forma produtiva propriamente dita. O toyotismo tende a mesclar-se, em maior ou menor proporção, com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. Por isso, tal como uma dialética integradora, que mescla o *novo* e o *arcaico*, o toyotismo aparece articulado com as formas tayloristas-fordistas restritas no processo de trabalho. Apesar disso, ele não deixa de ser o “momento predominante” do novo processo produtivo, impondo, articulando e constituindo as novas qualificações.

A preocupação fundamental do toyotismo é com o controle do *elemento subjetivo* no processo de produção capitalista, isto é, com a “captura” da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a “manipulação” do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, caracterizadas pelos principio

de “autonomação” e de “auto-ativação”, ou ainda, pelo *just-in-time/kan-ban*, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe, produção enxuta, os CCQ’s, programas de Qualidade Total, iniciativas de envolvimento do trabalhador, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo (CORIAT, 1990).

O toyotismo, tal como o fordismo, opera a articulação hábil da “força” (destruição do sindicalismo industrial de massa) com a “persuasão” (remunerações flexíveis ligadas a desempenho individual e trabalho em equipe e intensa propaganda ideológica) – como ocorre sob o toyotismo (foi em seu ensaio seminal “Americanismo e Fordismo”, que Antonio Gramsci tratou da natureza do fordismo como sistema de vida e não apenas como modo de organização do trabalho).

Finalmente, é importante salientar que o toyotismo tende a se distinguir do fordismo, pois agrega novas determinações concretas, de caráter organizacional, institucional e tecnológico, que tendem a promover um *salto qualitativo* na forma de subsunção *real* do trabalho ao capital. Tanto o fordismo quanto o toyotismo seriam formas organizacionais da grande indústria e, portanto da *subsunção real do trabalho ao capital*. Só que enquanto no fordismo tínhamos a *subsunção formal-material*, no toyotismo temos a *subsunção formal-intelectual (ou espiritual)* do trabalho ao capital (para tal distinção vide o artigo de Ruy Fausto, “A Pós-Grande Indústria nos *Grundrisse* e para além deles”, que saiu na Revista *Lua Nova*, de novembro de 1989). Deste modo, diferentemente do fordismo, o toyotismo *reconstitui*, no interior da grande indústria, o que era fundamental na manufatura: o “velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (Gramsci).

É por isso que o toyotismo tende a exigir, para o seu desenvolvimento como nova lógica da produção capitalista, *novas qualificações* do trabalho que articulam *habilidades cognitivas e habilidades comportamentais*. Tais novas qualificações são imprescindíveis para a operação dos novos dispositivos organizacionais do toyotismo e da sua nova base técnica (a automação flexível). São elas que compõem a nova subsunção real do trabalho ao capital (subsunção formal-intelectual ou espiritual).

Ao tratar das profundas mudanças nas qualificações exigidas para o trabalho industrial, Ana Teixeira observou: “Essa mudança poderia ser sintetizada como perda de importância das habilidades manuais em favor das habilidades cognitivas (leitura e interpretação dos dados formalizados; lógica funcional e sistêmica; abstração; dedução estatística; expressão oral, escrita e visual) e comportamentais

(responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação; capacidade para trabalho em equipe; capacidade para iniciativa e autonomia; habilidade para negociação). Essas novas qualificações poderiam ser organizadas em três grandes grupos: novos conhecimentos práticos e teóricos; capacidade de abstração, decisão e comunicação; e qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho”.(TEIXEIRA, 1998)

Novas Qualificações do Trabalho

| | | |
|-----------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Novos conhecimen tos práticos e teóricos | Capacidade de abstração, decisão e comunicação | Qualidades relativas à responsabilidade, atenção e interesse pelo trabalho |
| HABILIDADES COGNITIVAS | | HABILIDADES COMPORTAMENTAIS |

Formação profissional, novas competências e empregabilidade

É a partir de tais mutações orgânicas da produção capitalista na era da globalização que podemos compreender a constituição de um *complexo ideológico* que irá determinar as políticas de formação profissional, com seus conceitos significativos de *empregabilidade e competência*.

O que temos caracterizado como novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, promoveu mudanças estruturais no mercado de trabalho e na própria estrutura das qualificações profissionais, com rebatimentos decisivos nas políticas educacionais e demandas formuladas à escola.

O toyotismo é uma nova ideologia orgânica da produção capitalista sob a mundialização do capital, exigindo para o seu pleno desenvolvimento, uma “reforma intelectual e moral” do mundo do trabalho. Como ainda *não* se constituiu como um

sistema de vida e modo de desenvolvimento do metabolismo do capital, o toyotismo possui uma hegemonia social precária. Na verdade, vivemos imersos num *elo de transição* para um novo modo de desenvolvimento do capital que ainda não se constituiu como tal e nada garante que possa se constituir (o que será determinado pela dinâmica da luta de classes).

As políticas neoliberais e o complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal, instituiu um poderoso mecanismo de produção da consciência e de construção de um novo consentimento social às necessidades da produção orgânica do capital centradas no toyotismo, que atinge e seduz ganhadores e perdedores, incluídos e excluídos. As novas habilidades cognitivas e comportamentais possuem significação contraditória. Por um lado, expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, com suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsunção real do trabalho ao capital. Por outro lado, expressam habilidades humanas exigidas pela nova base técnica de produção do sistema orgânico do capital, buscando serem compatíveis com um novo sistema de máquinas complexas, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Deste modo, não deixam de possuir uma legitimidade histórico-ontológica. Portanto, além de pertencer (e ser posto) como pertencendo à nova dinâmica de exploração da força de trabalho, as novas qualificações do trabalho são exigências pressupostas de um processo civilizatório da produção social.

Interessa-nos aqui esboçar uma crítica do conceito de *empregabilidade*, que pode ser considerado um dos eixos ideológicos da formação profissional sob o toyotismo. Ele traduz as exigências de qualificações, mas incorpora em si, como contrabando ideológico, a promessa obliterada da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital. O discurso da empregabilidade oculta a natureza íntima do desenvolvimento tardio do capital, ou seja, a lógica da *produção destrutiva* e da *exclusão social*.

O conceito de empregabilidade é um dos conceitos significativos da lógica do toyotismo determinando o âmago das políticas de formação profissional. Ele tende a tornar-se um senso-comum nas ideologias de formação profissional no capitalismo global. Diz Pablo Gentili: “A empregabilidade se incorpora no senso comum como significado que contribui a estruturar, orientar e definir as opções (ou a falta de opções) dos indivíduos no campo educacional e no mercado de trabalho, tornando-se

também ‘a’ referência norteadora, o ‘dever ser’ dos programas de formação profissional e, inclusive, das próprias políticas educacionais” (GENTILI, 1998)

O conceito de empregabilidade representa, em si, os paradoxos do toyotismo, seja naquilo que ele representa de uma nova “verdade tecnológica” (Marcuse), com suas exigências de novas qualificações para o mundo do trabalho assalariado, seja naquilo que ele representa de uma incapacidade em realizar uma hegemonia social ampla (a crise da promessa integradora) (MARCUSE, 1995). O conceito opera com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da “produção enxuta”, totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. É por isso que a mundialização do capital tende a disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional, o conceito de empregabilidade, que aparece, com relativo consenso, nos discursos de neoliberais ou sociais-democratas, como requisito básico para superar a crise do desemprego.

Ora, é bastante irônico, para não dizer trágico, que um sistema mundial de produção de mercadorias que aboliu a sua capacidade de integrar todos à vida produtiva e que torna cada vez mais explícito o seu caráter de produção destrutiva, procure legitimar suas políticas de administração da crise social no mundo do trabalho através do conceito que supõe ainda a capacidade de ser “empregável” num mundo caracterizado pelo “horror econômico” (FORRESTER, 1991).

A mundialização do capital, sob a predominância da lógica da financeirização, implodiu a capacidade integradora do sistema do capital, a inclusão social relativa que permitiu a um contingente significativo de trabalhadores assalariados o acesso a vida civil, política, cultural e econômica. Criou-se na “idade de ouro” do capitalismo moderno do pós-Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas centrais, uma perspectiva de integração de homens e mulheres ao mercado de trabalho e de consumo, capaz de recriar nas condições de uma *mercantilização universal*, um novo espírito de comunidade à sombra da burocracia pública (o Estado-providência ou de Bem-Estar Social), modelo de emancipação humana possível para a social-democracia ocidental do pós-guerra. Nessa época, predominaram as políticas keynesianas de bem-estar social e o pleno emprego como prioridades das gestões macroeconômicas no centro capitalista.

Foi a promessa de integração sistêmica, desenvolvida sob o capitalismo do pós-guerra que engendrou a idéia de modernização e de construção da escola pública

como instância educativa das massas. A escola de massas tornou-se uma instituição central na criação de condições que deveriam permitir a integração plena dos indivíduos à cidadania. Sedimentou-se a função simbólica da escola e da própria formação profissional para o mundo do trabalho. Criou-se, a partir da promessa da modernização, um senso comum que articulava trabalho, educação, emprego e individualidade. A escola e as políticas educacionais podiam e deviam ser um mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva.

Foi nessa época que se construiu a *teoria do capital humano* para legitimar a promessa integradora do sistema orgânico do capital. Sua concepção individualista admitia que, de posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais, o indivíduo estaria habilitado para a competição pelos empregos disponíveis (a educação era vista como um investimento em capital humano individual) (BATISTA, 2002).

Com a crise do capitalismo nos anos de 1970 e o desenvolvimento da mundialização do capital, com a política neoliberal e o novo complexo de reestruturação produtiva, ocorreu uma alteração significativa na dinâmica do desenvolvimento capitalista. A falência das políticas keynesianas de bem-estar social e a hegemonia das políticas neoliberais expressaram mudanças orgânicas na produção e reprodução do capital. A instauração de um regime de acumulação flexível capaz de contribuir para uma retomada dos patamares de acumulação de riqueza abstrata colocou em crise a promessa de inclusão social e explicitou que o desenvolvimento do capitalismo se dá a partir da “produção enxuta” de mercadorias com a exacerbação do controle e manipulação do elemento subjetivo do trabalho.

A nova lógica da mundialização do capital significaria *não* o abandono da teoria do capital humano, que se disseminou na “época de ouro” do capitalismo, tendo em vista que sua concepção individualista ainda é adequada à hegemonia neoliberal, mas uma nova tradução da teoria do capital humano. É o conceito de empregabilidade que irá apresentar a *nova tradução da teoria do capital humano* sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho.

Entretanto, o que o aparato midiático salienta à exaustão é a necessidade dos indivíduos *consumirem* um conjunto de novas competências através de cursos de requalificação profissional. O que ocorre é a operação ideológica sutil de atribuir aos indivíduos, e apenas a eles, a “culpa” pelo fracasso na sua inserção profissional, demonstrando o poderoso recurso da psicologia do neoliberalismo de “culpabilizar” as vítimas.

O capital como “contradição viva”

É verdade que o complexo de reestruturação produtiva e o toyotismo impõem um novo perfil de qualificação no mundo do trabalho, legitimando, deste modo, a transformação educacional que ocorre no mundo capitalista. Só que, ao mesmo tempo, a mundialização do capital impõe uma lógica de exclusão social que limita a capacidade do sistema de produção de mercadorias integrar indivíduos numa vida produtiva. É um *limite estrutural* intrínseco à nova forma de acumulação capitalista. Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorve-los. O mercado não é para todos.

O discurso ideológico da empregabilidade nos apresenta uma “verdade crítica” (utilizando uma expressão de Marcuse), ou seja, uma *promessa* humano-genérica, e ao mesmo tempo, sua irremediável *frustração*. É uma operação ideológica típica do metabolismo social do capital. A nova base técnica do capitalismo mundial coloca cada vez mais a possibilidade de desenvolvimento de uma *politecnia* e de um perfil omnilateral de indivíduo produtivo. O capital conseguiu frustrar a promessa de inclusão social dos indivíduos à vida moderna, com a economia de mercado demonstrando ser capaz de crescer e muito, excluindo homens e mulheres. Entretanto, sob o toyotismo, o capitalismo global nos apresenta a promessa (e *apenas* a promessa) da politecnia e da emancipação do homem do trabalho árduo e monótono. Isto é, as novas qualificações nos apresentam a *promessa* de um novo trabalhador. Esta “contradição viva” do capital é expressão da globalização como processo humano-genérico (ALVES, 2001). Só que é tão-somente uma *promessa*, tal como a promessa da inclusão social do capitalismo do pós-guerra, que historicamente demonstrou ser incapaz de ser realizada, e principalmente ampliada, em virtude da lógica destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Na verdade, no sistema do capital, a *politecnia interverte-se em polivalencia*. Novas habilidades cognitivas e comportamentais exigidas pelo toyotismo apenas repõem a situação de *estranhamento* e de alienação humano-genérica. O trabalho árduo não é abolido. Pelo contrário, surgem novas formas de intensificação de trabalho com impactos perversos na estrutura psíquica (e mental) de homens e mulheres trabalhadoras, como demonstram as novas empresas toyotizadas e o contingente de operários e empregados estressados. O que significa que o desenvolvimento do toyotismo, com suas novas habilidades cognitivas e comportamentais, contribui para a disseminação de uma nova psicopatologia do trabalho, com o crescimento de doenças psicossomáticas ou ainda, “doenças da alma”, expressão de uma subjetividade *visada* pelo capital.

É importante observar que, sob o metabolismo do capital, as novas qualificações não são propriamente atributos do “trabalho vivo”, mas são *objetivações imateriais* do “trabalho morto” e da relação-capital que se impõe a homens e mulheres trabalhadores (o capital representa o *poder social estranhado*) (MARX e ENGELS, 1985). Portanto, a rigor, as habilidades cognitivas e comportamentais não pertencem ao trabalho vivo, apesar dele as possuir enquanto força de trabalho (como *efetividade espectral*). As habilidades cognitivas e comportamentais em sua dimensão instrumental, pertencem ao mundo do capital, o *capital social total*, que as apresenta como necessidades íntimas de sua própria produção e reprodução material. Elas tendem a perpetuar a existência do indivíduo como *instrumentalidade*, “que pode ser substituída a qualquer momento por outra instrumentalidade do mesmo tipo” (MARCUSE, 1995).

O capital como “contradição viva” é, em si, por um lado, poder social desenvolvido do ser humano-genérico, e por outro lado, representação perversa (e invertida) do estranhamento incontrolável e expansivo dos produtores diante de seu próprio poder social. Por isso, objetivações sociais (e coletivas), como as *objetivações intangíveis* das novas qualificações/habilidades da força de trabalho, assumem *formas fetichizadas*, se impondo a todos e a todas, e frustrando suas expectativas de realização humano-genérica.

O fetichismo da mercadoria é um modo de representação ideológica que *inverte e oculta* a natureza da mercadoria como produto do trabalho social. Em última instância decorre da perda de controle social. Por isso, na perspectiva clássica de Marx, o socialismo é, por princípio, a re-apropriação do controle social da produção, o

autogoverno dos produtores, capaz de abolir o *fetichismo* em suas múltiplas formas sociais. Deste modo, as novas habilidades cognitivas e comportamentais, as novas qualificações do trabalho ao serem (re)apropriadas pelo ser humano-genérico, desenvolverão novas atividades omnilaterais, deixando de ser objetos-fetiches do capital.

A ampliação de novas qualificações, por meio da extensão massiva da formação profissional, ao invés de garantir emprego a todos e a todas, cria, por um lado, a possibilidade do capital afirmar (e perpetuar) a existência de homens e mulheres como *instrumentalidades para si* (como é o caso da lógica do treinamento profissional). Mas por outro lado, explicitar, de modo candente, as contradições do sistema sócio-metabólico do capital.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo (1995) *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, São Paulo: Editora Cortez.

ALVES, Giovanni (2001) *Dimensões da globalização*, Londrina: Editora Práxis.

_____ (1999) *Trabalho e mundialização do capital*, Londrina: Editora Práxis.

_____ (2000) *O novo (e precário) mundo do trabalho*, São Paulo: Editora Boitempo.

_____ (2002) “Ciberespaço e fetichismo” In: ALVES, Giovanni e ALVES, Giovanni e MARTINEZ, Vinício (Org.) (2002). *Dialética do Ciberespaço*, Londrina: Editora Práxis.

BATISTA, Roberto Leme (2002) *Educação e trabalho na década neoliberal – Uma análise crítica do PLANFOR*, dissertação de mestrado, FFC/UNESP-Campus de Marília, São Paulo.

CASTELLS, Manuel (2003) *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Editora Paz e Terra.

CHESNAIS, François (1995) *Mundialização do Capital*, São Paulo: Editora Xamã.

_____ (Org.) (1998). *Mundialização Financeira*, São Paulo: Editora Xamã

DEBORD, Guy (1997) *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro, Editora Contraponto.

- FAUSTO, Ruy (1987) *Marx-Lógica&Política - Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*, tomo I, Editora brasiliense, São Paulo.
- _____ (1989) “A ‘Pós-Grande Indústria’ nos Grundrisse (e para além deles).”, *Lua Nova*, novembro/89, nº 19, São Paulo: CEDEC.
- FORRESTER, Viviane (1997). *O Horror Econômico*, São Paulo: Editora da UNESP.
- GRAMSCI, Antonio (1984). *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GENTILI, Pablo (1998) “O conceito de empregabilidade”, Avaliação do PLANFOR, s/d.
- GORZ, André (2005) *O Imaterial*, São Paulo: Annablume
- HOBBSBAWN, Eric (2001) *A Era dos Extremos*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- HARVEY, David (1992) *Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, Edições Loyola: São Paulo.
- KOSIK, K. (1973). *Dialética do Concreto*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOJKINE, Jean (1995) *A Revolução Informacional*, São Paulo: Editora Cortez.
- LUKÁCS, Georg (1981) *Ontologia Dell'essere Sociale*, Editori Riuniti, Roma.
- _____ (1978) ”As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”, *Temas de Ciências Humanas*, No. 4, São Paulo: Grijalbo.
- MANDEL, Ernest (1990) *A Crise do Capital - Os fatos e sua interpretação marxista*, Editora ensaio, São Paulo.
- MARX, Karl (1988) *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro 1, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- _____ (1987) *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858*, Siglo Veintiuno Editores, México.
- _____ (1986) *O 18 Brumário e Cartas A Kugelmann*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- _____ (1987). *Salário, Preço e Lucro*, Global editôra, São Paulo.
- MARX, K. E ENGELS, F. (1987) *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*, Hucitec, São Paulo.
- _____ (1998) *Manifesto Comunista*, São Paulo: Boitempo.
- MÉSZÁROS, István (2002) *Para Além do Capital*. São Paulo: Editora Boitempo.
- MARCUSE, Herbert (1998) *Cultura e Sociedade*. Vol. 2, Paz e Terra: São Paulo

_____ (1995) “Algumas implicações sociais da tecnologia moderna”,
In KELLNER, Douglas (editor) (*Tecnologia, guerra e fascismo*, Editora da UNESP:
São Paulo.

REVELLI, Marco (1995) “Economia e Modello Sociale Nel Passagio tra Fordismo e
toyotismo”, In INGRAO, Pietro (org). e ROSSANDA, Rossana (org.), *Appuntamenti
di fine secolo*, Manifestalibri: Roma.

TEIXEIRA, Ana (1998) Trabalho, tecnologia e educação – algumas considerações,
Revista Trabalho e Educação, UFMG/NET, Belo Horizonte.